



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 24.04.2025
ATA Nº 460

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, ordinariamente, às 09:00 horas, por videoconferência, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – SGB/CPRM, com a participação da Presidente do Conselho, Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, e da Conselheira Titular Flávia Filippi Giannetti. Atuou como Secretária Izabela Duarte Giffoni, chefe da Secretaria Geral (SEGER). Também participaram da reunião: o analista em geociências da SEGER Dauro Ferreira; o chefe da Divisão de Contabilidade Geral - Substituto (DICOGE/DECOF), Fernando Ramos Avellar; o Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Suliman Tadei de Souza; a Chefe da Divisão de Execução Financeira (DIEFIN), Nívia Silveira Marques Pinto; e a Coordenadora Executiva da Auditoria Interna (AUDITE), Luciana Farias Oliveira. A Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, onde foram tratados os seguintes assuntos: **i. Assuntos da Contabilidade.** O chefe da DICOGE - Substituto, Fernando Ramos Avellar, iniciou sua apresentação falando sobre os destaques do Relatório Circunstanciado da Auditoria Externa. Abordou a reunião com a consultoria contratada para fazer o teste de *impairment*, bem como o seu plano de trabalho a ser apresentado na próxima semana. Também informou que as certidões da CPRM estão em dia e destacou o resultado positivo, ou seja, o lucro apurado no primeiro trimestre do ano de 2025, no montante de R\$ 1,689 milhões, resultando em uma contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) no valor de R\$ 112 mil, a ser recolhida ao Tesouro Nacional. Seguindo Fernando Avellar, a justificativa para o lucro é o reconhecimento de um excedente técnico no seguro contratado pela CPRM, no valor de R\$ 3 milhões, o qual foi utilizado para compensar a fatura do mesmo. Flavia Giannetti solicitou maiores esclarecimentos sobre o excedente técnico, ao que Fernando Avellar explicou que há um balanço anual dos sinistros do seguro, com o resultado positivo sendo dividido entre a empresa e a seguradora. Suliman Tadei complementou a explicação, detalhando a natureza contratual do excedente técnico, informando que está amparado em cláusula do contrato. Flavia Giannetti solicitou o recebimento do Relatório Circunstanciado da Auditoria Externa do exercício de 2024, ao que Fernando Avellar informou que estaria enviando naquele momento pelo SEI (48086.003019/2025-06). Ana Paula Bittencourt reforçou a necessidade de receber o relatório antes da reunião conjunta de avaliação do próximo Balanço Anual para encerramento do exercício e sugeriu que a DICOGE revise o cronograma com os Auditores Externos a fim de assegurar essa entrega. Flavia Giannetti acrescentou que o relatório é essencial para a análise das demonstrações contábeis. **ii. Execução Orçamentária.** O Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças, Suliman Tadei, iniciou a sua apresentação informando a situação da execução orçamentária, mencionando a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA 2025 apenas em fevereiro, com o limite de execução de 1/12 avos (duodécimo), bem como a publicação do Decreto nº 12.416, de 21 de março de 2025, que estabeleceu limites mensais de execução orçamentária fixando o teto de 1/18 (um dezoito avos) do orçamento por mês, até novembro de 2025. Acrescentou que a expectativa é de publicação de novo decreto de programação orçamentária, pois a situação atual é considerada delicada e as dificuldades de pagamento vem sendo tratadas junto ao Ministério de Minas e Energia (MME), com alguns pagamentos importantes, tanto de ações finalísticas como de ações operacionais / administrativas, sendo realizados de forma pontual. O chefe do DECOF apresentou um gráfico onde demonstrou que, mesmo sem a LOA aprovada no início do exercício, a faixa de liquidação da execução orçamentária se manteve similar a do ano anterior, ou seja, de 10% em 2025, contra 11% em 2024. Isso se deve principalmente à execução das despesas de funcionamento e dos compromissos contratuais mensais. Suliman Tadei observou que, historicamente, a execução orçamentária das áreas finalísticas ocorre de forma mais gradual até o mês de março. Destacou, também, a redução no orçamento destinado às ações voltadas ao funcionamento e à infraestrutura da empresa, o que tem impactado especialmente as Ações: Gestão da Informação Geocientífica, Administração da Unidade, Rede de Laboratórios – LAMIN e Capacitação. Informou, ainda, que a Diretoria Executiva está em diálogo com o Ministério de Minas e

Energia (MME) e a Casa Civil em busca de um ajuste orçamentário, e que a expectativa é de que a publicação do novo decreto, aliada à evolução do cenário econômico, possibilite o enfrentamento dessa situação nos próximos meses. Seguindo a apresentação, Suliman Tadei informou que houve uma redução de 12% nos Restos a Pagar (RAP) inscritos de 2024 para 2025, e que a gestão do RAP tem por objetivo reduzir ainda mais essas despesas. Por fim, concluiu que a expectativa é que a execução orçamentária em 2025 melhore após a publicação de novo decreto, de forma a reduzir compromissos que possam passar para o exercício seguinte como RAP. Flavia Giannetti questionou o impacto da redução orçamentária nas ações da CPRM. Em resposta, Suliman Tadei explicou que a empresa está buscando um ajuste orçamentário, em razão de restrições impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto ao remanejamento entre os recursos de RP3, ou seja, aqueles alocados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Informou que um ajuste da ordem de R\$ 20 milhões no orçamento discricionário seria necessário para cobrir as despesas até o final do exercício. Acrescentou que a Diretoria Executiva tem envidado esforços no sentido de conter despesas, classificando-as em categorias “não essenciais”, passíveis de redimensionamento ou postergação, e “essenciais”, que deverão ser mantidas. Ana Paula Bittencourt questionou qual seria o valor adicional necessário no orçamento discricionário, ou seja, o orçamento vinculado ao RP2, para que a CPRM consiga manter suas atividades até o final do exercício, já considerando os potenciais prejuízos às ações finalísticas. Em resposta, Suliman Tadei informou que a Ação Administração da Unidade requer um orçamento adicional da ordem de 8 milhões, tendo em vista que o custo apenas para assegurar o funcionamento básico das unidades seria em torno de R\$ 27 milhões, incluindo custos fixos e o parcelamento de tributos junto à Fazenda Nacional. No que se refere à infraestrutura geocientífica, como a Rede de Laboratórios, os Sistemas e a Gestão de Informação Geocientífica, o valor necessário se aproxima de R\$ 20 milhões. Segundo ele, a busca por um ajuste orçamentário da ordem de R\$ 20 milhões em RP2, portanto, é essencial, para viabilizar tanto a ação administração da unidade quanto as ações de infraestrutura geocientífica, estas ligadas a DIG. Destacou que a CPRM elaborou uma Nota Técnica apontando para uma necessidade de reforço orçamentário de cerca de R\$ 40 milhões, que seria mais próxima do ideal. Contudo, diante das limitações atuais, a expectativa é tentar operar com metade desse valor, em um cenário que ainda representa um grande desafio para a manutenção da estrutura e das entregas institucionais. **iii. Assuntos da Auditoria Interna – AUDITE.** A Coordenadora Executiva da Auditoria Interna (AUDITE), Luciana Farias Oliveira, iniciou sua apresentação informando que o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2025 e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINTE 2024 foram tempestivamente entregues à Controladoria Geral da União (CGU), conforme o prazo estabelecido. Mencionou também a cobrança feita pela CGU à CPRM, referente a uma recomendação de 2018, sobre a reestruturação da auditoria, que solicita a apresentação de um estudo detalhado sobre a reestruturação da área, com um cronograma de ação efetiva. Em seguida, Luciana Oliveira apresentou um panorama do RAINTE 2024, incluindo um quadro demonstrativo sobre a lotação efetiva da força de trabalho. Destacou a redução de sete auditores, em janeiro de 2024, para apenas três auditores e dois apoios ao final daquele ano. Detalhou, ainda, a distribuição de horas de trabalho, com uma previsão inicial de 12.600 horas para a execução das atividades da auditoria, mas que, devido à redução da equipe, apenas 6.800 horas foram efetivamente realizadas entre as diversas atividades da auditoria. Também foi apresentado um resumo dos trabalhos realizados em 2024, mencionando o cancelamento de algumas atividades planejadas devido à falta de capacidade operacional e a necessidade de reprogramação para 2025. Por fim, informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) está conduzindo uma auditoria sobre o mapeamento geológico na CPRM. Flavia Giannetti solicitou mais esclarecimentos sobre a falta de pessoal na AUDITE e Ana Paula Bittencourt questionou sobre a previsão de alocação de novos servidores na área de auditoria por meio do concurso público previsto. Luciana Oliveira esclareceu que, embora não haja um cargo específico de "auditor" na CPRM, mas sim de “analista em geociências”, as vagas existentes poderiam ser preenchidas por concurso. No entanto, a auditoria ainda não possui informações sobre o andamento do processo do concurso ou sobre o número de vagas disponíveis. Flavia Giannetti sugeriu encaminhar recomendação à administração para que a situação da auditoria fosse considerada na distribuição das vagas do novo concurso, sugestão apoiada por Ana Paula Bittencourt, que ressaltou também a possibilidade de remanejamento externo para recompor a equipe. Assim, o Conselho Fiscal deliberou por elaborar um Ofício recomendando a avaliação urgente de medidas institucionais de apoio à AUDITE, com vistas a garantir condições adequadas para o cumprimento de suas atividades e o fortalecimento de sua capacidade operacional. **iv. Demonstrativo de Contratos e Convênios.** O Conselho Fiscal tomou

conhecimento dos demonstrativos de Contratos e de Termos de Execução Descentralizada - TEDs e Convênios. Sobre a planilha de acompanhamento dos TEDs e Convênios, foi verificado que a mesma apresentava informações repetidas de ciclos anteriores e solicitou-se atualização sobre casos específicos. Nívia Marques, Chefe da Divisão de Execução Financeira (DIEFIN), informou que o TED do Departamento de Recursos Minerais (DRM) está sob análise da Consultoria Jurídica (COJUR) e que a DIEFIN não recebeu atualizações recentes, sendo esta a posição mais atual disponível. Sobre os dois TEDs da Marinha, explicou que houve recente troca de e-mails com a instituição, e uma resposta aos questionamentos da DIEFIN foi enviada há cerca de duas semanas, estando agora sob análise da área técnica da CPRM responsável pela gestão e fiscalização daqueles TEDs. Ana Paula Bittencourt solicitou que, mesmo com movimentações informais, os registros mais atuais sejam inseridos na planilha, destacando que a ausência de dados dificulta o acompanhamento e a distinção entre processos parados ou em diligência. Em seguida, foi verificado que os demais TEDs estavam dentro do prazo de prestação de contas, exceto um TED da ANA (Agência Nacional de Águas), cujo gestor e fiscal foram notificados sobre a proximidade do prazo de quatro meses sem a prestação de contas ter sido enviada, sendo informado que a documentação estava sendo preparada. **v. Dívidas de Cliente.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Dívidas de Clientes, constatando a permanência da pendência relacionada à Assembleia Legislativa do Amapá, a qual se encontra judicializada e amparada por precatório. Os demais recebíveis apresentam prazos de vencimento inferiores a trinta dias. **vi. Assuntos do Contencioso.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da planilha de controle das ações ajuizadas contra a CPRM, na área Cível, Tributária e Trabalhista, e considerou sem alterações relevantes. **vii. Atas do Conselho de Administração – CA, Diretoria Executiva – DE e Comitê de Auditoria Estatutária - COAUD.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Atas da Diretoria Executiva de Nº 1358 a 1360, do Conselho de Administração de Nº 342 a 345 e COAUD de Nº 121 a 127, além do Relatório Anual 2024 daquele Comitê. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Presidente

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI

Conselheira

IZABELA DUARTE GIFFONI

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI, Membro do Conselho Fiscal**, em 28/05/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABELA DUARTE GIFFONI, Analista em Geociências**, em 29/05/2025, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT, Presidente do Conselho Fiscal**, em 29/05/2025, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2555926** e o código CRC **FED5B4D5**.

Referência: Processo nº 48042.000167/2025-77

SEI nº 2555926